

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CT-IPCT (aberta)

Aos vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e um, às nove horas e vinte minutos, pela plataforma Teams, teve início a **38ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)** constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. A coordenadora, sr^a. Lígia Moreira de Almeida (SPPI/ME), cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação, deu início aos trabalhos da 38ª Reunião Ordinária com participação dos membros da CT, comissões de atingidos, assessorias técnicas, Fundação Renova e convidados. Da lista de presença constam os seguintes participantes: Lígia Moreira de Almeida, Coordenadora da CT-IPCT (Ministério da Economia), Francisco Nóbrega (DPU), Tiago Cantalice da Silva Trindade (DPU), Ademilton Ferreira (Fundação Palmares), Nelson Pedroso Jr. (MPF/FGV), André Sucupira (FUNAI), Edinéia Oliveira (SEDH), Márcio Freitas (SETADES), Sérgio do Carmo (Comissão dos atingidos de Barra Longa), Antônio Áureo ((Comissão de Atingidos de Rio Doce)), Klenio Costa (ATI Rosa Fortini), Francisco Phelippe Paz (AEDAS), Antônio Carlos - Cacique Toninho (Cacique TG), Douglas Lemos (Associação Indígena Tupiniquim e Guarani), Hermes Oliveira (FUNAI), Andrei Camargo Duarte (FUNAI), Aline Carla (DSEI), Rômulo Sá (FUNAI), Déborah Castor (Funai), Monica Pazinato (CRQ Degredo), Jadilson Lino Oliveira (CRQ Degredo), Maria Izabel L. De Faria (Consultora – EY), Pela ASPERQD: Pedro Bigolin, Dandara Silva Cabral, Jean Craveiro Betteher, Luciana Andrade, Taís Santos, Simony Jesus, Marcos da Silva Costa.

Pela FLACSO: Fabiana Tomaz (Secretária), Cláudia Laureth (Coordenadoras do Polo ES), Miriam Santos (Coordenadoras do Polo BH)

Pela Fundação Renova: Carla Moura, Sérgio Filho, Gabriel Moura, Gabriela Prado, Naiara Campos, Alessandro Corrêa, Silvani Honorato, Ana Carolina Moura, Gilson Dias, Luiz Felipe Soares, Bárbara Tupimambá, Cleber Agostinho de Souza, Carlos Alberto Martini, Milton A. de Souza Netto, Felipe Leite Soares.

I. PAUTA GERAL (9h às 11h)	
Pauta	Discussão
1. Abertura, apresentação dos participantes e aprovação da ata da 37ª RO aberta	Após a apresentação dos presentes, a ata da 37ª Reunião Ordinária foi aprovada sem ressalvas.
2- Resposta ao Encaminhamento 37.18 (A Fundação Renova deverá fazer o Levantamento de pessoas que fizeram denúncia nos canais de relacionamento que são pertencentes a segmentos tradicionais e indígenas, e, paralelamente, deverá iniciar um diálogo para adequação dos canais de atendimento para comunidades Tradicionais. Prazo:	Carla apresentou a agenda e os fatos relevantes: TI TG: Indenização- Foram realizadas 02 (duas) reuniões em maio e 02 (duas) reuniões em junho para construção da proposta de reparação integrada. PBAI - Em maio foi finalizada a contratação da empresa consultora para detalhamento do PBAI. Em junho foi realizada a apresentação da consultoria independente à Comissão de Caciques. Ainda no mês de junho estava prevista uma reunião entre a Comissão de Caciques e a empresa consultora para diálogo sobre o plano de trabalho do detalhamento do PBAI. Sobre o PBAI, Carla informou que as reuniões ocorreram ao mesmo tempo que as da indenização. FAIC- O prazo para inscrição das propostas do projeto FAIC foi prorrogado até o dia 24/05/2021. Durante o período de prorrogação foram encaminhados 20 projetos das comunidades indígenas das TI'S Caieiras Velhas II e Tupiniquim e Guarani. Os projetos encaminhados estavam em análise para aprovação das propostas encaminhadas. ASE- Em junho foi finalizado o processo de inclusão das 134 famílias previstas na renovação do acordo assinado em dezembro de 2020, observando os critérios de inclusão previstos no Acordo.

**apresentar o status
na 38º CT-IPCT)**

Andrei solicitou que os convites para reuniões sobre indenização fossem enviados com antecedência, pois era necessária uma mobilização prévia. Solicitou, também, e que o plano de trabalho e os currículos dos consultores fossem enviados. Carla respondeu que tanto na reunião de indenização com a TI TG (17/06/21), como com na reunião da TI Comboios, foi proposta a realização de uma reunião para apresentação da empresa e a reunião foi realizada no dia 18/06, ficando combinado que no dia 28/06, o antropólogo se apresentaria para conversar sobre o plano de trabalho e para explicar como seria a participação da Comissão de Caciques. Informou que um cronograma completo havia sido enviado à FUNAI no dia 18/06, para o e-mail da Coordenadora. Carla ressaltou que foram inseridos no cronograma proposto, os prazos que estavam previstos no TR da FUNAI para elaboração do ECI e do PBAI (baseado no documento emitido em 2016). Andrei perguntou se teria reunião com os indígenas na semana seguinte e com a equipe técnica que seria contratada e se depois o resultado seria encaminhado para a FUNAI. Carla explicou que o assunto seria abordado na reunião daquela tarde com a FUNAI.

TI COMBOIOS:

Indenização- Foram realizadas 02 (duas) reuniões em maio e 02 (duas) reuniões em junho para construção da proposta de reparação integrada.

PBAI Em maio foi finalizada a contratação da empresa consultora para detalhamento do PBAI. Ainda para o mês de junho, está prevista a realização de reunião entre a empresa consultora e lideranças de Comboios.

FAIC - O prazo para inscrição das propostas do projeto FAIC havia sido prorrogado até o dia 24/05/2021. Durante o período de prorrogação foram encaminhados 04 projetos das comunidades indígenas das TI Comboios. Os projetos encaminhados estão em análise para aprovação das propostas encaminhadas.

ASE - Em maio foi realizada uma reunião entre Fundação Renova e lideranças indígenas de Comboios. Também foi finalizado o processo de inclusão das 26 novas famílias previstas na renovação do acordo assinado em dezembro de 2020.

Plano de Cheias - Foi realizada uma reunião entre Cacique de Comboios, Defesa Civil de Aracruz e Fundação Renova para discussão.

KRENAK:

Manutenção do acordo emergencial Krenak – Considerando o TTAC cl. 43: fornecimento de insumos agropecuários (sal mineral, ração animal e silagem), fornecimento de água mineral, bruta e potável; pagamento do apoio de subsistência emergencial.

Silvani apresentou:

DEGREDO:

Comitê Gestor do PBAQ – Em maio foi apresentado o Plano de Trabalho do Eixo Cultural. Foi informada a contratação da empresa Pacatu, também, que a em maio a empresa H&P contratou cinco jovens da comunidade para atuarem no eixo gestão.

Plano de Comunicação: Plano de Comunicação da CRQ Degredo, revisado e enviado ao CIF e CTIPCT. Ocorreram reuniões de planejamento para elaboração das peças de comunicação.

Execução do Eixo Cultura - Plano de Trabalho validado pelo Comitê Gestor do PBAQ; divulgação do processo seletivo para contratação de equipe que iria executar os PGs 01, 02 e 10.

Tiago perguntou em quais condições os cinco jovens haviam sido contratados, se seria tempo integral ou estágio e Silvani respondeu que foram contratados para atuarem no eixo gestão, em especial no programa de participação social, em tempo integral, como assistentes de projetos.

Jadilson explicou que os jovens atuariam como ponto de apoio nos programas 17, 18 e 19 (contratados dentro do PG 19), mas teriam base para atuarem nos 20 programas do PBAQ.

Naiara apresentou as ações sobre os Faiscadores:

Manifestação da CEPCT sobre pedidos de Certificação de Comunidades Tradicionais da Bacia do Rio Doce - Em 31/05 a FR recebeu o Ofício PRES. CEPCT No 27/2021, informando sobre a aprovação dos pedidos de certificação

	das Comunidades Tradicionais Pescadoras e Faiscadores dos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova (Distrito Chopotó) em plenária extraordinária no dia 11 de maio de 2021.
3- Resposta ao Encaminhamento 37.18 (A Fundação Renova deverá fazer o Levantamento de pessoas que fizeram denúncia nos canais de relacionamento que são pertencentes a segmentos tradicionais e indígenas, e, paralelamente, deverá iniciar um diálogo para adequação dos canais de atendimento para comunidades Tradicionais. Prazo: apresentar o status na 38º CT-IPCT)	<p>Naiara informou que foi realizada uma reunião com a equipe responsável pelos canais de relacionamento (PG06 e ouvidoria) da Fundação Renova para apuração de contatos realizados por pessoas pertencentes à comunidades tradicionais e indígenas e que estavam sendo geradas as informações solicitadas na base de dados da Fundação Renova para levantamento das informações.</p> <p>PG03; 29 e PG04: 33 (as manifestações em aberto "em tratamento" nos canais de Diálogo PG06)</p> <p>Após algumas observações da CT sobre o as falhas nos atendimentos, como: não ter como distinguir a que comunidade pertencia o demandante, se era uma manifestação ou denúncia ou para que área ou programa deveria ser direcionado, a Fundação Renova informou que iria melhorar os filtros para otimizar o atendimento. Foi levantada, também, a necessidade de que os indígenas e os povos tradicionais tivessem um atendimento diferenciado.</p> <p>Lígia sugeriu que o ponto fosse mantido na próxima reunião, para que a FR atualizasse o <i>status</i>.</p> <p>Após breve discussão, ficou definido que a FR iria melhorar o atendimento dos povos tradicionais e que a estrutura e o fluxo desse atendimento seriam apresentados na 39ª RO.</p>
Encaminhamento E 38.1	<p>A Fundação Renova deverá otimizar o atendimento pelos meios disponíveis, para que seja possível que o atingido seja orientado a informar se pertence e a qual comunidade indígena ou tradicional pertence.</p> <p>Prazo: apresentar na 39ª RO.</p>

II. PAUTA INDÍGENA (11às 13h)

Pauta	Discussão
4- Informes Gerais (Krenak e Tupiniquim-Guarani): eventuais articulações da FR para ações nos territórios e planejamento para o segundo semestre de 2021;	<p>Carla apresentou os informes sobre a TI Comboios/TG:</p> <p>Projeto: Indenização</p> <p>Ação: Diálogos sobre a Política de Reparação Integrada</p> <p>Previsão para execução: Junho/Julho.</p> <p>Carla explicou que no período de maio e junho foram realizadas 8 reuniões 4, para TI Comboios e 4 para TI-TG e que desde junho/20, estavam realizando diálogos sobre a construção da política de reparação integrada e que a previsão de finalização seria o final de julho.</p> <p>Projeto: PBAI</p> <p>Ação: Elaboração do detalhamento do Plano Básico Ambiental Indígena</p> <p>Previsão para execução: Junho a dezembro.</p> <p>André Sucupira perguntou em quais condições o projeto de indenização terminaria em julho.</p> <p>Carla respondeu que considerando finalização de termo de acordo da reparação integrada e considerando que o assunto foi discutido e construído em conjunto, esperava-se que até julho, pelo menos o termo fosse assinado.</p> <p>André perguntou se o texto final sobre a pauta indenizatória já existia e se estava pré-aprovado dentro da FR, pois seria importante que tanto a Funai como a CT tivessem acesso.</p> <p>Gabriel respondeu que foi apresentada uma proposta para os indígenas nas últimas reuniões e que estava aprovada internamente e logo a FR enviaria um Ofício resumindo tudo, com cópia para a FUNAI e para a CT-IPCT, caso julgassem necessário.</p> <p>André solicitou que os Ofícios fossem enviados para os e-mails institucionais das Coordenações da FUNAI e não para os e-mails dos servidores, considerando o princípio da impessoalidade e ressaltou que a CGGAM só responderia após</p>

receber o texto final da proposta, pois percebia que nas reuniões os indígenas sempre propunham alguma alteração ou ressalva.

Lígia solicitou que também fosse copiada, considerando que os indígenas sempre perguntavam se ela iria participar.

André registrou que os indígenas não estavam presentes, pois estavam no protesto contra a PL 490 e lembrou que sobre a indenização, até aquele momento estavam acontecendo diálogos sobre uma política indenizatória e entendia que a Fundação colocava como reparação integrada, mas os indígenas sempre faziam ressalvas quanto ao PBA e seria importante que estivesse claro, pois eram diálogos que só se tornavam acordos quando começavam a ter algo por escrito, com concordância dos dois lados, mas que ainda não estavam nessa etapa. André ressaltou que o apresentado poderia estar aprovado pela Governança da Fundação, mas explicou que a governança das Comunidades indígenas possuíam sistemas com dinâmicas totalmente diferentes e registrou que quando se falava em valores indenizatórios, os indígenas entendiam, mas quando se falava em prazos para o PBA, não, pois quando apresentaram a consultoria eles não entenderam que estavam dentro de uma discussão do indenizatório, já trazendo aspectos do PBA e que quando a Consultoria foi contratada, a Comissão de Caciques não reagiu bem, pois eles tinham entendido que iriam participar também da etapa da escolha. Ressaltou que a Fundação teria que resolver como seria a participação deles e solicitou que as informações fossem enviadas à CGGAM.

Gabriel esclareceu que sobre o processo de contratação havia seguido o TR e foi o mesmo processo de contratação do ECI, ou seja, tinha um processo interno, um processo concorrencial, a empresa mais capacitada foi indicada e caberia aos indígenas a sua aprovação final.

André respondeu que entendeu, mas que a Comissão de Caciques não havia entendido e ressaltou a questão da comunicação com os indígenas deveria ser bem fundamentada e que achava uma pena que os processos dos Guaranis e dos Tupiniquins estivessem sendo feito ao mesmo tempo, pois sempre havia prejuízos para a minoria Guarani e Gabriel respondeu que iriam melhorar a questão da comunicação.

Andrei disse que via que as discussões sobre a questão da indenização já estava adiantada, mas enfatizou que pelo que havia entendido, a indenização seria paga por critério familiar, que o pagamento seria definitivo e único relacionados aos danos econômicos e que devido ao anseio da população, um dos condicionantes da Fundação era que houvesse o pagamento do AFE ou do ASE e que da forma como estava sendo conduzido, os indígenas estariam abrindo mão do recebimento do auxílio financeiro emergencial a partir de janeiro de 2022.

Guilherme ressaltou a importância de se deixar bem claro, que eram contrários à interrupção. Informou para quem não estava acompanhado as discussões, que, das reuniões envolvendo a indenização, estavam participando a Fundação Renova, a FUNAI, e no âmbito de Comboios, havia participação da DPU, DPE e MPF e no território Tupiniquim e Guarani nem tanto, então só queria informar como estava a linha do tempo e a fase de quase fechamento da política indenizatória junto aos povos Tupiniquim e Guarani.

Alessandro apresentou sobre o **FAIC:**

Ação: Encerramento do Prazo de Inscrição

Prazo para execução: maio

Ação: **Divulgação das Propostas aprovadas na análise técnica/comercial**

Prazo: para execução: julho

Ação: **Publicação do Resultado Final**

Prazo: para execução: julho/dezembro

Ação: **Implantação/execução dos projetos do FAIC**

Prazo: para execução: julho/dezembro

Alessandro informou que houve prorrogação no prazo de inscrição para o dia 24/05/21 (antes era até o dia 16/05/21) e que foram recebidas 24 propostas de projetos, encaminhados pelas comunidades indígenas. Informou ainda, que a Fundação, naquele momento, estava fazendo uma análise comercial das propostas e que uma análise técnica já havia sido efetivada com previsão que fosse concluída até a primeira quinzena do mês de julho e aí, seria feita a divulgação

das propostas aprovadas, as análises técnica e Comercial e a publicação do resultado final. Logo após a publicação, a Fundação assinaria os contratos com os proponentes para disponibilização do recurso e início imediato das ações. Alessandro informou, também, que a Fundação estava fornecendo tanto para as associações indígenas como para as pessoas físicas que propuseram projetos, uma Assessoria Técnica e que teria um consultor para dialogar com as comunidades indígenas para tirar qualquer dúvida sobre o projeto FAIC.

André ressaltou que os indígenas poderiam se manifestar posteriormente, considerando que as associações não estavam presentes e a assessoria técnica, embora ajudasse, não as substituíria.

Projeto: ASE

Ação: Regularização dos recibos individuais e coletivos

Prazo para execução: Conforme Acordo dez/20

Ação: Regularização da documentação pendente

Prazo para execução: Conforme Acordo dez/20

Bruna apresentou sobre o ASE e informou que já haviam entrado no processo de rotina permanente, onde as associações indígenas entravam em contato com a Fundação para a inclusão de dependentes e substituição de famílias e apresentou a quantidade de famílias atendidas e as que estavam pendentes em cada Comunidade Indígena até aquele momento.

André perguntou qual era a diferença de ASE para AFE.

Bruna respondeu que era pela questão da operacionalização, pois pelo auxílio financeiro era baseado em um cadastro e tinha todo um processo de elegibilidade e questão da perda de renda, então, para os indígenas, a Fundação fez um processo diferenciado de elegibilidade, sem a questão da renda como tinha no auxílio financeiro. Gabriel complementou e informou que foram acordos assinados em momentos diferentes e os acordos indígenas assinados foram antes até mesmo a criação da Fundação Renova e deu como exemplo, o acordo com os Krenaks, que era o auxílio Extra Emergencial, os acordos de Aracruz quando foram assinados em 2015/2016 eram Acordos Emergenciais e na época inclusive existia outras ações além do pagamento em dinheiro e naquele momento chamou-se Auxílio Subsistência Emergencial. Disse que o nome oficial de AFE surgiu só depois que a Fundação Renova foi criada e os acordos já estavam vigentes e como foram acordos assinados ainda com a Samarco, tinha as diferenciações nos nomes.

Carla continuou e apresentou sobre os **KRENAKS:**

Projeto: Manutenção das ações do Acordo Emergencial Krenak

Ação: Manutenção do Acordo emergencial, TTAC cl. 43: fornecimento de insumos agropecuários (sal mineral, ração animal e silagem), fornecimento de água mineral, bruta e potável; pagamento do apoio de extra emergencial.

Prazo para execução: Rotina, pois diferentemente do acordo Comboios e TG, não era renovado.

André perguntou se seria a continuação dos termos da relação que os Krenaks tinham com a Vale, como por exemplo sobre pecuária.

Carla respondeu que acreditava que sim, que tinha um acordo assinado com a Vale, no dia 16/11/2015, e nesse acordo, foram inseridos vários itens para apoiar o outro acordo já existente (sobre agropecuária) que previa assistência para o gado e o fornecimento dos insumos que foram mencionados (foi incluído no TTAC- Cláusula 43). Carla disse que devia ter mais dois acordos assinados com a Vale.

André perguntou se a FR estava fazendo um controle da qualidade da água potável, devido à localização das aldeias, dentro do Vale do Rio Doce e Carla respondeu que sim e que a água potável vinha da Copasa de Resplendor, que utilizava água de dois poços que foram construídos, pois Resplendor entrava na cláusula 171 do TTAC (cidades que tinham o fornecimento de água potável).

André perguntou se a água que chegava para os indígenas era captação de águas profundas. Carla respondeu que sim e explicou algumas ações da FR em relação à captação e tratamento da água e explicou que a melhoria na estação de tratamento e a captação alternativa havia sido trabalhada junto com a COPASA. André perguntou de a Comunidade havia se manifestado sobre isso e Carla respondeu que a FR não recebeu nenhuma manifestação contrária

	<p>André ressaltou que cada sociedade tinha uma cultura diferente. Os Tupiniquins iriam querer participar do processo. No caso dos Krenaks, se o assunto não for formalizado, eles podem nem discutir internamente</p> <p>Carla respondeu que todos os Ofícios enviados à CTL eram enviados para os Caciques também e André respondeu que ao encaminhar para a CTL, o Rômulo já fazia a consulta junto aos Krenaks.</p> <p>Aline Carla informou que o DSEI não estava sendo informado sobre a questão da da qualidade da água e André explicou que o DSEI era responsável pelo monitoramento da água que seria servida na comunidade e perguntou se quem oferecia a água fazia o controle da qualidade.</p> <p>Carla explicou que se tratava de dois processos: um que era da própria companhia de saneamento, que seguia legislação de portabilidade (PRC 5 de setembro de 2017 anexo 20) e o outro ponto seria o PG 38 (monitoramento hídrico), com dois programas, o PMQQS e o PMQACH, sendo o último, programa de monitoramento da água para consumo humano (que faz uma análise e um controle em cima da COPASA. A a água, além de passar pelo controle do Ministério da Saúde, passar também pelo PG 38). Ressaltou quer tudo ficaria disponível na plataforma da Fundação Renova e que as informações estavam disponíveis na plataforma da FR.</p> <p>Carla mencionou, também, um outro ponto que seria o cuidado citado na legislação de portabilidade, que os caminhões pipa que transportariam água potável teriam que passar por desinfecção a cada 6 meses, o que estava sendo realizado e além disso era realizada a análise de cloro.</p> <p>Em relação à desinfecção do caminhão, André ressaltou que os laudos deveriam ser, também, enviados ao DSEI.</p> <p>Comboios Projeto: Elaboração de projeto de SAA Ação: perfuração de poços e elaboração de projeto básico Prazo para execução: até dez/21</p> <p>Carla informou que o assunto seria detalhado no ponto de pauta específico. André perguntou se havia uma previsão de uma data, em razão das autorizações, pois falar até dezembro ficava muito solto. Ressaltou que para a FUNAI e para o DSEI seria necessário fazer a testagem das pessoas para as atividades de campo e que a FR deveria incluir isso na rotina de trabalho.</p> <p>Carla respondeu que isso já estava sendo feito desde o ano de 2020, e que um protocolo de saúde e segurança havia sido feito junto com a FUNAI. Alessandro confirmou e explicou que o protocolo foi firmado e que foi usado para a validação do ECI e que a Fundação se embasou nesse protocolo que era bem abrangente e havia, ainda, um outro protocolo elaborado pela própria Fundação para o FAIC, embasado no documento original da FUNAI.</p> <p>TG Projeto: Elaboração de projeto de SAA Ação: Realização de estudos de geofísica e elaboração de projetos conceituais Prazo para execução: até dez/21</p> <p>Carla informou que a previsão para TG era a mesma que a de Comboios.</p>
<p>5- Atualização, pendências, prazos e eventuais encaminhamentos para as seguintes ações: *Contratação de equipe consultora para elaboração do PBA-I e das Assessorias Técnicas; *Retroativo do emergencial; *Plano de Cheias; *Rede de sementes e mudas do Rio Doce *Demais ações previstas nas Deliberações 445 e 477.</p>	<p>Carla apresentou o <i>status</i> da Contratação da empresa para elaboração do PBAI. André perguntou sobre os procedimentos de contratação da empresa e se a CGGAM e a CT haviam sido avisadas sobre a publicação do edital e Carla respondeu que a Fundação publicou o edital de contratação (que teve a inscrição de cinco empresas) e que o edital era público. André perguntou se a publicação do edital estava inserida no andamento processual e se o texto do edital havia sido apresentado à CGGAM previamente. Gabriel respondeu que o envolvimento da FUNAI naquele processo seria a partir do momento em que a empresa fosse selecionada e apresentada. Carla ressaltou que o envio prévio do texto do edital para a CGGAM nunca havia sido solicitado. Bruna respondeu que na última reunião foi perguntado sobre o andamento e a Fundação informou que a finalização da contratação estava prevista para o final de maio e que a solicitação de encaminharem para a CGGAM havia sido <u>sobre o plano de trabalho</u>. Tiago respondeu que havia uma queixa das lideranças indígenas, pois eles haviam participado ativamente do processo de construção do ECI e do trabalho com a Polifônicas e naquele momento não estavam tendo a mesma oportunidade e</p>

ressaltou que o que chamou a atenção foi o fato de a empresa, ou a própria Fundação ter comunicado que já existia um plano de trabalho e a ideia era que o plano fosse construído junto com as Comunidades.

Carla respondeu que não havia falado que existia um plano de trabalho e que a TI TG, em uma reunião do dia 17 de junho, pediu que fosse enviado no dia seguinte (18/07), uma proposta com o cronograma e registrou que foi enviado um Ofício com a proposta de cronograma completo e explicou que teriam várias etapas intermediárias prevendo a participação da FUNAI e da Comunidade, para que, quando chegasse na apresentação do produto não restassem dúvidas e que não necessitasse de tantos ajustes. Carla disse que após o período que foi proposto para a realização das oficinas para detalhamento dos programas, a FR pretendia fazer uma síntese e já encaminhar um PBAI preliminar.

Nelson lembrou que na reunião anterior, a FR apresentou uma previsão da contratação da Consultoria para maio e a CT havia questionado e mencionado que a Deliberação 447 estava em descumprimento em relação a prazos e havia destacado que a contratação dos consultores tinha que passar pelos indígenas e pela FUNAI, mas que a FR havia informado que naquele prazo não seria possível, pois a empresa não havia sido contratada. Lembrou, também, que a Regina cobrou a apresentação dos currículos e foi informado que isso poderia ser no final de maio. Nelson ressaltou que o entendimento que ficou, foi que não tinha passado pelos indígenas e que eles queriam ter participado da escolha empresa.

Carla apresentou o cronograma que havia sido enviado à FUNAI no dia 18/06:

18/06/2021 – Apresentação da consultoria e equipe técnica contratada para elaboração do PBAI;

28/06/2021 – Reunião entre a consultoria e Comissão de Caciques para construção da elaboração do Plano de Trabalho, sendo dialogado com os indígenas, garantindo o processo participativo dos mesmos, visando o alcance do documento final (data proposta pela Comissão de Caciques)

02/07/2021 – Envio do Plano de Trabalho do PBAI para as comunidades indígenas e protocolo na Funai;

17/07/2021 – Prazo para manifestação da Funai (15 dias), acerca do Plano de Trabalho

19/07/2021 – Reunião de consulta do Plano de Trabalho com as comunidades das Terras Indígenas Tupiniquim e Caieiras Velhas II, consultoria contratada, Fundação Renova e FUNAI;

20/07 a 14/09/2021 – Oficinas para detalhamento dos programas do PBAI;

Importante: o Programa de retomada Econômica e o Fundo de projetos comunitários serão os primeiros programas a serem discutidos pela consultoria contratada com as comunidades.

30/09/2021 – Apresentação de proposta preliminar de programas para as comunidades indígenas e FUNAI;

27/10/2021 – Protocolo da versão final do PBAI junto à FUNAI e comunidades indígenas.

13/12/2021 - Prazo para manifestação da Funai (45 dias), acerca do Plano de Trabalho e Reunião final de consulta do PBAI para as comunidades indígenas.

03/01/2022 - Início da execução de dois programas do PBAI: Programa de Retomada Econômica e Fundo de Projetos das comunidades.

15/06/2022 – Início da execução dos demais programas do PBAI conforme cronograma PBA definido

Houve uma longa discussão em relação ao cronograma e após algumas observações dos membros da CT, Carla ressaltou que as datas poderiam ser alteradas e reiterou que a Fundação tinha usado como base, os prazos estipulados no TR da FUNAI de elaboração do ECI e do PBAI.

Foram esclarecidas várias dúvidas, entre as quais destacam-se: importância da participação dos indígenas no processo de contratação da empresa, como seriam os processos relacionados às oficinas de detalhamento sobre o Programa de retomada Econômica e o Fundo de projetos comunitários.

Ficou definido que a FUNAI só se manifestaria após o aceite dos indígenas e que a CT deveria ser copiada na troca de e-mails entre a Fundação Renova e a FUNAI (os convites para reuniões deveriam ser enviados com antecedência).

Carla informou que maiores detalhes poderiam ser dados na reunião daquela tarde (que ocorreria entre a FUNAI e a Fundação Renova).

Lígia ressaltou que não deveriam ter marcado uma reunião para o mesmo dia que a RO da CT, pois prejudicava a participação dos membros em qualquer uma das reuniões e Gabriel informou que a data foi sugerida pelos próprios indígenas. Lígia respondeu que se tivesse sido copiada, poderia ter entrado em contato com os indígenas para alinharem a data e que ao enviar o convite para o Caciques, que eram membros representantes dos atingidos, a CT não estaria contemplada, e que a obrigação de copiar a Coordenação era da Fundação e que os problemas de comunicação prejudicavam a participação.

Tiago perguntou se a reunião poderia ser adiada para que a CT pudesse participar e foi respondido que não seria possível.

Sobre as assessorias técnicas para o Plano de trabalho, Gabriel explicou que as Comunidades deveriam submeter à 12ª Vara, pois era o juiz quem validaria.

Douglas perguntou se o plano de trabalho que estava sendo elaborado não atrapalharia a contratação da assessoria e Gabriel explicou que seriam coisas separadas e que o papel das assessorias era diferente do das consultorias.

Ficou definido que a Fundação deveria agendar uma reunião para definir o papel dos caciques na construção dos trâmites relacionados à contratação da consultoria socioambiental, devidamente acompanhada pela FUNAI.

***Retroativo do emergencial** – Gabriel disse que não caberia mais esse pleito e reiterou que não haveria pagamento de retroativo, considerando que os acordos antigos já estavam quitados nos termos em que foram firmados com a Samarco e esclareceu que a quando a Fundação Renova assumiu, havia respondido que não haveria pagamento do retroativo e, entendendo que havia um desajuste em relação ao AFE de toda a bacia, reajustou o valor para o que era usado em toda a Bacia e explicou que quem recebia acima desse valor, foi em razão dos acordos anteriores também.

Douglas respondeu que as comunidades foram prejudicadas, que os direitos não estavam sendo respeitados, que o valor do emergencial não deveria ter sido abaixo do salário mínimo e que continuaria insistindo no assunto,

Nelson respondeu que o emergencial estava vinculado à retomada das atividades produtivas e que a partir do momento que a FR se responsabilizou, poderia ter revisto os acordos para equiparar e que havia fundamento jurídico para o pedido do retroativo.

Dr. Francisco disse que havia uma discriminação e um tratamento desigual, pois o acordo emergencial com os indígenas havia sido firmado com um valor abaixo do que havia sido firmado com outros atingidos e essa diferença deveria ter sido equiparada à época e que agora deveria ser reparada.

Gabriel respondeu que o entendimento da Fundação não mudaria e que a única saída seria judicializar e Dr. Francisco perguntou se a Fundação já havia feito uma análise quantitativa e se achava mesmo que valeria a pena brigar judicialmente por isso e enfatizou que tudo poderia ser resolvido de maneira mais célere e menos gravosa, pois o pedido do retroativo não estava fora da lei.

Nelson perguntou se não haveria a possibilidade de inserirem no programa de retomada, a equiparação dos valores.

Gabriel respondeu que o Fundo de retomada teria espaço para discussão em relação a valores e na discussão sobre a elaboração, poderiam chegar a um consenso, mas em relação ao retroativo, a decisão da Fundação era a já exposta. Dada a posição da Fundação Renova, Douglas informou que a Comunidade buscaria os meios legais.

Nelson perguntou se o que o Dr. Francisco havia perguntado, já tinha sido considerado e Gabriel respondeu que a Fundação havia considerado tudo e já tinha até formalizado uma resposta, mas poderia levar o pedido novamente, mas a resposta estava fechada.

Ficou definido que a Fundação fizesse uma nova análise e formalizasse, novamente, que não pagaria o retroativo.

*** Plano de Cheias:** a Fundação Renova informou que aguardava aprovação junto a Defesa Civil (desde set/20) e que foi realizada uma reunião no dia 14/05/21 com

a presença da Defesa Civil e do Cacique Toninho (a FR estava aguardando considerações da Defesa Civil e a data para realização de uma nova reunião). Givanildo disse que a última versão do documento havia sido enviada à Defesa Civil que demorou a responder, justificando com a troca da gestão municipal e a previsão e só recentemente haviam tido um retorno. Informou que a Defesa Civil havia dado uma atualização no dia anterior, com a informação que o documento havia sido avaliado no dia 16/06/2021, pela Secretaria de Obras, que decidiu encaminhar o documento para outras Secretarias para contribuírem e que, talvez, até o final da semana seguinte, a Defesa Civil devolvesse o documento (que seria validado pelas lideranças indígenas). Informou que até o dia 30/06 teria a entrega das placas indicando as rotas de fuga (sugeridas e validadas pelas lideranças indígenas e pela Defesa Civil). Explicou que o pactuado com a Defesa Civil foi que eles receberiam as placas, guardariam no depósito e dois meses antes do período chuvoso, fariam as instalações. Givanildo explicou, também, a Defesa Civil seria responsável por fazer um simulado, pensando numa situação de gatilho vermelho, que envolveria um grupo de voluntários da aldeia de Comboios. Andrei solicitou que tudo relacionado às reuniões com a Defesa Civil fosse compartilhado com a FUNAI.

* **Rede de sementes e mudas do Rio Doce** – Carla informou que Fundação Renova havia agendado uma reunião para o dia 30/06/2021 sobre o projeto das redes de sementes, de responsabilidades dos Programas 26 e 27.

Andrei disse que gostaria de entender o processo e perguntou sobre a possibilidade de ingresso de algumas terras indígenas da Bacia do Rio Doce como a Fazenda Guarani, e a Geru Tucumã, para ampliar a parceria.

Felipe, da OST, perguntou onde exatamente estavam localizadas as referidas comunidades, porque a intenção da rede de sementes, além de deixar um legado para a bacia, naquele momento seria atender aos programas compensatório reparatório de restauração Florestal e por questão técnica, as mudas fossem produzidas o mais próximo possível das áreas de restauração para terem a garantia de viabilidade genética, adaptação das mudas e não mudassem a paisagem local. Ressaltou que não era o responsável pela rede, mas acreditava que se as comunidades estivessem próximas da área de atuação dos programas, não deveria haver problemas e que a intenção seria ter o máximo de atores envolvidos.

* **Demais ações previstas nas Deliberações 445 e 477**

445 – Carla informou que sobre o fornecimento de água para a TI Comboios, a FR continuaria a fazer a distribuição e que em novembro de 2020 foi protocolado o posicionamento da FR em relação ao monitoramento da qualidade ambiental.

Lígia perguntou sobre o posicionamento da Fundação em afirmar a ausência denexo e Carla respondeu que a Fundação não concordava com a implementação do monitoramento da qualidade ambiental nos moldes que foram colocados, pois achava que deveriam ter sido pensados de outra forma, dentro do PBAI.

Lígia respondeu que o CIF existia justamente por causa dos possíveis desacordos e que a partir do momento que existia uma Deliberação, não deveria haver mais negociação.

Houve uma breve discussão sobre a posição da Fundação de descumprirem as Deliberações por simplesmente não concordarem com elas. A Fundação justificou dizendo que não havia participado das discussões das Notas Técnicas que originaram algumas Deliberações e que as observações da Fundação deveriam ser consideradas. Os membros da CT responderam que vários pedidos de impugnação da Fundação já haviam sido refutados pelo CIF (Deliberação 452 - *Analisa os pedidos de impugnação feitos pela Fundação Renova em relação às Deliberações CIF 417, 420, 434, 435 e 436 e 445 e aplica sanção*), que a Fundação teve o direito de se manifestar em uma reunião intercâmaras e, ainda, o direito de se manifestar nas reuniões do CIF e lembrou que as contribuições da Fundação foram ouvidas, mas não havia a obrigação de serem incorporadas e no próprio processo de aprovação da Deliberação 445, a CT havia considerado o parecer da Fundação, que inclusive foi analisado pelo CIF, mas não apresentou dados para se contrapor à Nota Técnica.

Os membros da CT ressaltaram que se a Fundação estava descumprindo várias deliberações e que entendiam que deveriam notificar o CIF.

<p>Encaminhamento E38.2</p>	<p>A Fundação Renova deverá, o mais rápido possível, marcar reunião específica para definir o papel dos caciques na construção dos trâmites relacionados à contratação da consultoria socioambiental, devidamente acompanhada pela FUNAI.</p>
<p>Encaminhamento E38.3</p>	<p>A Fundação Renova deverá enviar os documentos para os e-mails institucionais das Coordenações da FUNAI, copiar a CT-IPCT e, no caso de reuniões, enviar o convite com antecedência (mínima de 3 dias).</p>
<p>Encaminhamento E38.4</p>	<p>A Fundação Renova deverá enviar para o DSEI os laudos de desinfecção dos caminhões-pipa e o monitoramento do cloro diário da água distribuída para os Krenaks</p>
<p>Encaminhamento E38.5</p>	<p>A Fundação Renova deverá oficializar a resposta de que não pagará o retroativo com vistas à equiparação entre os valores estabelecidos nos acordos com os indígenas de Aracruz e os valores praticados pelo AFE.</p>
<p>Encaminhamento E 38.6</p>	<p>A Fundação Renova deverá apresentar o status da articulação junto à Defesa Civil sobre o Plano de Cheias</p>
<p>6- Elaboração e cronograma dos projetos de SAA nas TI(s) Comboios, Tupiniquim e Guarani e na TI Krenak;</p>	<p>Carla apresentou. TI Comboios- Previsão de perfuração de poço na segunda quinzena de Julho/21 TI TG -1) Amarelos; Pau-Brasil; Nova Esperança e Olhos D'água: - Previsão de realização de estudos de geofísica na 1ª quinzena de agosto/21 TI Krenak - 1) Projeto executivo finalizado em outubro/19. André perguntou se a previsão de perfuração de poços havia sido abordada com os indígenas e Carla respondeu que havia conseguido a autorização de entrada nas terras em dezembro de 2020 e desde então. A Fundação começou a articular sobre as empresas que fariam a execução dos serviços. Informou que em dezembro foi feita a geofísica e em janeiro e fevereiro, foi feito o levantamento topográfico em Córrego do Ouro e nas outras aldeias da TI TG e que a previsão para a perfuração era aquela e ressaltou que para a perfuração, seria seguido o protocolo já existente e que um Ofício seria enviado às lideranças indígenas. Informou que para Comboios e Córrego do Ouro, seria iniciado o Projeto Básico e para Amarelos; Pau-Brasil; Nova Esperança e Olhos D'água, seria iniciada a primeira parte do projeto Conceitual. Ressaltou que no ano de 2020 foi realizada uma reunião com o DSEI na qual foram apresentadas as premissas técnicas que a Fundação deveria seguir. Sobre os Krenaks, Carla informou que o projeto apresentado em outubro de 2019 considerou as manifestações da Comunidade e mesmo assim, não foi aprovado, pois os Krenaks só concordariam se a Vale assumisse, o que não seria possível por questão de atribuições, pois a responsável não seria a Vale e sim do DSEI e por esse motivo estaria parado. Rômulo e Carla deram alguns detalhes do que foi discutido na referida reunião, mas ressaltaram que no final, os Krenaks não aceitaram.</p>
<p>7- Apresentação do status das discussões referentes à política indenizatória para as TI(s) Comboios e Tupiniquim e Guarani;</p>	<p>A FR informou que ocorreram reuniões com a TI Comboios: dias 03 e 27 de maio; 10 e 17 de junho de 2021 e com a TI TG: dias 03 e 27 de maio; 11 e 18 de junho de 2021. Gabriel fez um resumo, informando que ocorreria uma reunião naquela tarde para tratar do PBA e que nas últimas reuniões realizadas com os Tupiniquim e Guarani e com os indígenas de Comboios, foi apresentada a proposta já com alguns ajustes por eles apresentados. As comunicações sinalizaram, ainda que informalmente, que estavam encaminhando para um acordo que a FR esperava que acontecesse nas semanas seguintes e informou que após a formalização do aceite da proposta, o cronograma que foi exposto pela Carla sobre o PBA, ocorreria em paralelo.</p>

III – PAUTA GARIMPEIROS TRADICIONAIS-FAISCADORES

Pauta	Discussão
<p>8- Informe sobre as ações e prazos para inserção no PG 04 dos garimpeiros tradicionais dos municípios mineiros de Barra Longa, Acaiaca e Mariana, conforme Deliberação CIF nº 493 *garimpeiros</p>	<p>Gabriel disse que a FR recebeu a notícia que as Comunidades foram certificadas pelo Conselho Estadual, informou que a área responsável estava buscando entendimento interno e que até aquele momento, a orientação era a de que apesar da certificação, ainda não estaria cumprida a formalidade da cláusula 50, que seria a indicação pelo poder público, para que o grupo seja fosse incluído no PG 04. Klenio perguntou se estavam falando dos faiscadores ou dos garimpeiros e ressaltou que era para esclarecer, por se tratava de duas coisas distintas.</p> <p>Gabriel disse que a certificação tinha sido para todo o território e Klenio respondeu que tinha sido para Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó (Deliberação 501). Gabriel disse se confundiu, pois achava que a certificação seria para todos, mas naquele momento estava falando de Rio Doce Santa Cruz e Chopotó e reiterou que a FR não teria uma nova diretriz sobre o tema até aquele momento.</p> <p>Houve uma breve discussão e os membros da CT destacaram que a postura da Fundação Renova, mesmo com a certificação ainda descumpria o que determinava o CIF. Francisco Phelippe ressaltou que a Fundação Renova desrespeitava o sistema de governança. Disse que não iria se alongar, mas queria deixar registrado a insatisfação da assessoria dos atingidos e que uma total falta de respeito com os atingidos. Foi solicitado que se registrasse a manifestação do Antônio Áureo, que falou em nome da Comissão dos atingidos do Rio Doce, em especial dos pescadores e faiscadores. <i>Antônio manifestou sua decepção e frustração mais uma vez. Explicou que sempre tinham buscado o diálogo pelos meios legais de tratativa, respeitando e agradecendo ao trabalho do sistema CIF, mas que nos últimos tempos, o que todo mundo via era o descaso da FR que parecia estar brincando com os atingidos, pois trazia expectativa e esperança por meio das tratativas, dos projetos e das propostas aos atingidos para recuperar um pouco do que perderam. Ressaltou que queria ver a proposta da FR depois do reconhecimento, pois a FR sempre levantava o assunto e naquele momento estava se esquivando. Ressaltou que ficava muito chateado e que Gabriel nem sabia do que se tratava, demonstrando que a FR não sabia quando era de Barra Longa ou de outro território e que esse descaso doía. Ressaltou, também, que não havia diálogo como os atingidos, só havia informação de que se gastou bilhões e que não estava duvidando, mas que não via resultado concreto, só via movimento de tirarem rejeitos de um lugar e colocarem em outro. Disse que nada era explicado tecnicamente, para que ficasse mais claro para os atingidos. Antônio mencionou o que Rio Doce estava um caos, e contou que tinha comentado com um sinaleiro que aquele tumulto para consertar, atrapalhava, mas que a população tinha que colaborar mesmo com as dificuldades. Antônio falou, ainda, que havia conversado com o prefeito no dia anterior e tinha avisado que iria se manifestar na CT-IPCT e na CR-INFRA sobre a confusão no Rio Doce, com ruas cheias de caminhão, ônibus, carro e moto e chegando mais na frente, o sinaleiro já avisava de longe para voltarem e que tinha muita prepotência por parte das empresas, que não avisavam o que iria acontecer nas ruas, e que as pessoas se sentiam como estranhas no próprio território. Disse que estava sendo repetitivo porque isso era necessário, pois o descaso, a falta de diálogo também era repetitiva, além das decepções e das frustrações. Falou que podia parecer drama, mas que podia repetir em mais dez reuniões, pois não tinha esperança que alguma coisa mudaria e que mesmo tentando não ser chato e sendo respeitoso, não tinha outra coisa para falar. Ressaltou que as famílias que não estavam contempladas pelo sistema indenizatório haviam criado expectativa, pois as decisões do juiz estavam ajudando, mas que havia coisas que não precisavam chegar ao juiz e que poderiam ser tratadas e acordadas, mas a FR só queria pirraçar e não se abria ao diálogo e que não estava fazendo nada de positivo. Ressaltou que tinha vergonha do que FR fazia em relação ao que era</i></p>

levado CIF, mesmo com o trabalho das Câmaras Técnicas, para aprovar, e os atingidos comemoraram a certificação para depois saberem que a FR estava estaria rindo ironicamente, pois não iriam cumprir. Antônio esclareceu que não estava falando do Gabriel ou de qualquer pessoa, mas da FR e das empresas que não queriam negociar, não queriam cumprir prazo, não queriam reconhecer, dialogar e quando dialogavam era só um com grupos específicos. Ressaltou que sempre falou que esses grupos mereciam respeito, e também eram atingidos, mas esse diálogo deveria ser estendido em especial às comissões que representavam o território e à Assessoria que era contratada para esse trabalho e que sempre trabalharam com as câmaras técnicas, jamais fizeram alguma coisa isolada, que sempre acreditaram, confiaram e iriam continuar confiando no sistema CIF, apesar de reconhecer que tudo o que chegava no sistema, a FR queria judicializar. Ressaltou que era polêmico o que estava falando, pois algumas pessoas que não concordavam com a judicialização e que não gostaria de ter que chegar a esse ponto, mas não havia outra alternativa para os atingidos se não fosse o juiz, que tinha gratidão pelo sistema CIF, mas sabia que a FR não respeitaria as decisões.

Tiago ressaltou que a FR deveria reparar os danos do desastre e para isso, seria necessário pro-atividade e que era inacreditável que a situação estivesse se arrastando há quase seis anos, e que a FR se negava, mesmo com uma deliberação tão clara do CIF, que aprovou o termo de referência, que determinou que a FR teria obrigação de apresentar uma consultoria que deveria ser aprovada junto aos fiscoadores para executar um plano de trabalho que servisse como base para os estudos de diagnóstico e de compensação e reparação dos danos àquela população. Destacou que embora não fosse necessário, os fiscoadores, com o apoio da sua Assessoria Técnica, conseguiram o certificado na Comissão Estadual de Comunidades Tradicionais e perguntou o que estaria faltando para a FR incorporar o público dos fiscoadores artesanais do Rio Doce, Santa Cruz Escalvado e Chopotó no PG 04.

Naiara esclareceu que a Deliberação 493 era sobre municípios ainda não mapeados, com a indicação de certificação dessas comunidades e a Deliberação 501 era sobre a inserção no público no PG 04. Reiterou que a FR recebeu o informe sobre a certificação e estavam aguardando a análise interna e não teriam como apresentar um cronograma e explicou que o PG 04 ainda não tinha um orçamento que pudesse ser apresentado naquele momento.

Tiago perguntou o que estava faltando e quais instâncias dentro da FR faltavam ser percorridas, pois, o Ofício 27/2021, do CE-PCT de Minas Gerais, de 31/05/2021, já seria um documento oficial de certificação e Naiara explicou que estava esperando uma validação da governança interna.

Klenio ressaltou a que a FR sempre fazia confusão em relação aos dois públicos e disse que em uma reunião de relatório, foi dito que em relação ao PG 04 a FR estava preparando o documento para poder fazer um plano de ação nas localidades e quando foi perguntado sobre o assunto em outra reunião, a FR disse que não seria discutido e ressaltou que naquele momento, era necessário que a FR mostrasse o que faltava para que algo fosse construído.

Houve uma discussão sobre a insistência da Renova em dizer que a Cláusula 50 não estava cumprida e sobre o descumprimento da Deliberação já discutida dentro do CIF. Dr. Francisco parabenizou os fiscoadores, os garimpeiros e todo o público que lutava dentro CT-IPCT pela certificação e ressaltou que a FR sempre exigia algo mais do que seria necessário para a garantia dos seus direitos deles. Disse que a certificação era muito importante, pois colocava esses grupos dentro do radar das políticas públicas do estado, mas que não estava criando um direito e sim reconhecendo. Ressaltou que a certificação não era pré-requisito para aplicação das cláusulas do TTAC e sugeriu que se estipulasse um prazo para que a FR apresentasse um plano sobre a inclusão no PG 04, pois já existia a certificação e a Deliberação do CIF.

Nelson disse que tinha, também, a sentença da 12ª vara para Rio Doce, reconhecendo o grupo como tradicional e dizendo que não caberia questionar a tradicionalidade.

	Os membros da Câmara Técnica lamentaram que a FR sempre violava os direitos dos atingidos em questão.
9- Informe sobre o cronograma para o cumprimento da Deliberação nº 501 que determina que a FR elabore Plano de Ações para Reparação Integral dos Faiscadores e Pescadores Tradicionais dos Municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e comunidade rural de Chopotó (Ponte Nova).	Considerando que a FR havia falado que não cumpriria a deliberação, mas não havia pedido de impugnação no CIF, Lígia sugeriu que a FR fizesse a oficialização do posicionamento em relação à Deliberação 501 no prazo de 15 dias. Naiara concordou e informou que as análises estavam acontecendo, já considerando também o Ofício recebido da Comissão Estadual. Nelson perguntou se no Ofício, viria que o assunto estaria em análise interna e aguardando o posicionamento. Naiara disse que no ofício iria já a manifestação, pois o jurídico já teria condições de responder se o público seria inserido no PG 04 e se fosse o caso, já poderia passar um cronograma.
Encaminhamento E 38.7	A Fundação Renova deverá oficializar o posicionamento com manifestação detalhada, inclusive sobre a inserção no PG 04 e em relação à Deliberação 501 em até 15 dias (09/07/2021).

IV – PAUTA QUILOMBOLA	
Pauta	Discussão
10- Cronograma para realização da consulta ao terceiro bloco dos planos de ação do PBAQ detalhado (deliberação)	Silvani apresentou a previsão do cronograma e informou que ocorreram várias reuniões anteriores e Pedro disse que a ASPERQD estava ciente.
11. Informes Comitê Gestor, Eixo Gestão e Eixo Cultura PBAQ (Fundação Renova);	Foi apresentado o <i>status</i> : Comitê Gestor do PBAQ - Validado Plano de Trabalho e cronograma do eixo cultura - Pacatu); Eixo cultura -Apresentação do Plano de Trabalho - PG 01 (Documentação das Práticas Culturais do Degredo); PG 02 (Incentivo as Práticas Culturais do Degredo); e PG 10 (Livro de Medicina do Degredo) – Pacatu (foi apresentado na pauta geral) Eixo Gestão - H&P contratou 05 jovens da comunidade do Degredo (detalhes na pauta geral) Pedro informou que a ASPERQD estava participando e acompanhando o processo. Jadilson perguntou se a ATI tinha participado de alguma etapa da contratação da Pacatu ou da H&P. Pedro respondeu que foi feita uma construção junto à Pacatu para garantir os interesses da Comunidade e para garantir a contratação de mão de obra local, depois da disponibilização do edital, pois alguns critérios que não foram observados sobre a realidade do território. Jadilson disse que o motivo da pergunta, foi um áudio enviado por uma das representantes da Comissão, no qual alguém da Fundação Renova afirmava que a ATI havia participado do processo de escolha e da definição dos critérios para contratação e ressaltou os atritos que foram gerados dentro da Comunidade. Na oportunidade foi solicitado que fosse dada uma atenção especial ao modo como estavam acontecendo as comunicações com a Comunidade, que deveriam ser claras, objetivas e não diretamente para os comunitários e sim pelos canais próprios para evitar ruídos e problemas. Os membros da Fundação concordaram.
12. Informe sobre as articulações e medidas concretas para a	Naiara respondeu que a questão estava avançando e já tinha conversado com a ATI, e a Fundação havia solicitado um prazo até o fim de junho, pois estavam dependendo de uma agenda com o INCRA, que já havia sido solicitada, mas não havia resposta

<p>aquisição de terrenos para os programas do PBAQ (Fundação Renova);</p>	<p>ainda. Naiara ressaltou que, sobre a questão da titulação, o jurídico da Fundação estava construindo um instrumento para facilitar o processo de aquisição de terreno e que assim que tivesse uma proposta, apresentariam para validação junto à comunidade. Informou que o fundiário estava fazendo consultas em relação aos terrenos indicados pela ASPERQD e que a partir do levantamento dos terrenos e do tipo de documentação, veriam o melhor caminho.</p> <p>Pedro informou que quem fez o levantamento, foi a Comissão Quilombola e perguntou se desde a última CT, a Fundação havia entrado em contato com o INCRA, pois esse seria o primeiro passo para elaborarem as estratégias do jurídico e do fundiário e não o contrário.</p> <p>Naira respondeu que a Fundação teve uma conversa informal, mas que permitiu o início das análises, pois foi observado que não haveria óbice nas aquisições, enquanto o terreno não fosse titulado. Ressaltou que estavam aguardando a reunião com o INCRA.</p> <p>Pedro perguntou qual seria o prazo que a FR precisaria, após a reunião com o INCRA, para apresentarem uma resposta final.</p> <p>Naiara respondeu que como o processo já estava em andamento, a Fundação não precisaria de muitos dias.</p> <p>Jadilson perguntou se, após as discussões com o INCRA, o início do projeto das obras do PBAQ (Casa de Tradição, sede da ATI ASPERQD e a Quadra Poliesportiva) poderia se iniciar no ano de 2021 ou só em 2022.</p> <p>Carlos respondeu que estavam trabalhando na demanda e que poderia responder na próxima reunião com a comunidade, mas que caso fosse possível, poderia haver uma mudança no cronograma.</p>
<p>Encaminhamento E 38.8</p>	<p>A FR deverá entrar em contato com o INCRA e atualizar os interessados sobre a questão dos terrenos.</p>
<p>13. Informes sobre a incorporação do SAA ao PBAQ e apresentação do cronograma para a elaboração do Projeto Executivo e início da execução das obras do SAA (Fundação Renova)</p>	<p>Cleber de Souza, da equipe de engenharia, apresentou a atualização do cronograma e informou que o projeto básico havia sido aprovado pelo SAAE. Informou, também, que a previsão do projeto detalhado, anteriormente previsto para novembro, foi adiantado para o final de setembro/21 e que o que estava em andamento era o projeto detalhado e as outras fases foram finalizadas.</p> <p>Naiara informou que sobre a incorporação do SAA ao PBAQ, estava aguardando as validações internas e ainda não tinha uma resposta definitiva.</p> <p>Dandara cobrou a continuação das reuniões de <i>status</i> pois eram fundamentais para o acompanhamento do SAA. Informou que a última reunião havia sido desmarcada por causa de outro compromisso da Comissão e que a Fundação não havia marcado outra data, mesmo com a Comissão solicitando reiteradamente. Dandara informou, também, que quando a equipe de engenharia, fundiário e licenciamento estiverem no território, estavam com um mapa que mostrava os limites onde o abastecimento de água chegaria e que observando o referido mapa, viu que algumas áreas haviam ficado de fora do projeto básico do SAA e ressaltou que a referida equipe, mostrava uma certa insegurança em relação ao tamanho do território, observando que a Fundação já teria as áreas mapeadas desde o ECQ, mas um membro da Comissão havia observado que algumas residências haviam ficado de fora. Dandara ressaltou que havia solicitado como ponto de pauta na reunião de <i>status</i> que o mapa do SAA fosse apresentado de forma didática, pois nem todos eram da área de engenharia ou de projetos e observou que algumas premissas básicas para um projeto básico haviam ficado de fora, como o orçamento e o cronograma e disse que o cronograma que estava sendo apresentado deveria estar dentro do programa. Dandara ressaltou a importância da realização da reunião, para que a Comunidade, a Assessoria e até mesmo a CT tivesse ciência da territorialidade que o SAA iria contemplar.</p> <p>Carlos Matini respondeu que o orçamento não fazia parte do projeto básico e que só apresentariam no projeto executivo. Em relação ao cronograma, explicou que havia um cronograma interno que sofreu algumas interferências, entre elas o SAAE e a visita em campo, o que acabava alterando o cronograma e que por isso não havia sido apresentado no projeto básico, mas que o cronograma existia e havia sido apresentado anteriormente um cronograma em uma versão mais conservadora que a que estava sendo apresentada naquele momento</p>

Sobre as residências que estavam fora, poderia ser ajustado no projeto executivo, caso ficasse dentro do que foi entendido como parte do território, sem necessidade de reavaliar o sistema.

Dandara disse que na visita, a equipe de engenharia aparentou estar assustada com o tamanho do território e se mostrou temerosa quando foi mostrado onde a água deveria chegar, pois não tinham certeza de que a água teria a pressão ideal para alcançar e que talvez tivessem que rever questões de engenharia essenciais.

Carlos respondeu que o Sistema era dimensionado para chegar com pressão no seu próprio reservatório e explicou como seria o processo para que fosse levada a água, pois existia soluções intermediárias e explicou o que causou o desconforto da equipe, mas tranquilizou a todos, pois a equipe conhecia o território. Dandara respondeu que era estranho a Fundação não ter o mapa do território e ainda não ter um projeto básico pronto.

Jadilson disse que um morador percebeu que não tinha algumas casas no mapa e esse sim, conhecia o território. Disse que achava estranho a empresa ter feito o projeto sem visitar o local e perguntou sobre a menção do Carlos sobre o programa e qual a garantia se teria de que as soluções que o Carlos citou serem aplicadas.

Carlos respondeu que, como engenharia, não discutia com o território, e sim com os responsáveis pelo Programa e esses conversariam com o Território, por uma questão de fluxo. Ressaltou que a equipe não entraria no território dizendo quem estava dentro ou quem estaria fora. Ressaltou, também, que não foi dito que eles não estiveram em campo e foram feitas visitas e sondagens e que a equipe do projeto executivo também visitou o território e deu alguns detalhes sobre o andamento de um projeto e explicou que as soluções eram respaldadas dentro do próprio projeto.

Cleber ponderou que quando visitaram o território estavam com uma planta, mas ficou surpreso em ver que as casas não estavam contempladas e que precisavam rever as premissas para entenderem o motivo e que a fase era de detalhamento.

Tiago perguntou resgatou que quando foram feitas as primeiras rodadas de reunião sobre o SAA, para que fosse feita uma solução mais coletiva, foi pontuado que algumas residências, por causa da distância, poderiam não ser abastecidas e á época, foi dito que nesse caso, deveriam encontrar uma solução individualizada e perguntou se a situação ainda era a mesma e explicou que trouxe o assunto, pois se houvesse inviabilidade de atender as casas, fossem implantadas soluções individualizadas que garantisse o abastecimento de água potável para as famílias.

Carlos disse que não havia participado de todo o processo, mas que o Programa responsável poderia resgatar todo o histórico.

Mônica endossou o que o Tiago falou e disse que tinha uma conversa em andamento com o Guilherme Castanho sobre projetos sustentáveis, tratamento e coleta de água que poderiam ser simplificados para que a própria pessoa pudesse fazer em casa.

Dandara pediu que a Fundação cumprisse o cronograma e Carlos respondeu que isso seria feito.

Dandara informou que a ASPEQD recebeu um ofício da Fundação Renova no dia anterior, falando sobre o SAA das responsabilidades relacionadas à distribuição de água mineral para a Comunidade de Degredo e citando a Deliberação 355, ignorando o item 1, que diz: *“Manter o fornecimento de água mineral para a comunidade de Degredo (Linhares/ES) a razão de 15l/pessoa/dia, com recursos em torno de 90.000,00 (noventa mil reais) mensais, até que a solução definitiva/sistema de abastecimento de água potável esteja implantada e funcionando de maneira adequada”*; Dandara ressaltou que a Fundação havia atrelado o fornecimento de água e até mesmo a Deliberação à entrega do projeto detalhado e perguntou se a Fundação iria se manifestar.

Houve uma longa discussão sobre o assunto, com várias manifestações dos presentes sobre o Ofício e sobre o posicionamento da Fundação Renova.


Foi ressaltado que nem a CT e nem o CIF haviam sido copiados no envio do Ofício e assim, foi definido o encaminhamento.

Em relação à incorporação do SAA no PBAQ, Pedro informou que estavam aguardando a análise Fundação Renova estava analisando a possibilidade. Lígia perguntou se havia um prazo para a resposta e Naiara respondeu que não, mas acreditava que seria ao final do processo de consulta do PBAQ.

	<p>Pedro perguntou se o SAA seria colocado como um dos pontos de consulta e Naiara respondeu que na verdade, era necessária a validação interna, mas que na validação da Plenária em agosto de 2021, poderiam dar uma resposta.</p> <p>Pedro ressaltou que seria importante terem uma definição antes da consulta, pois, pelo teor dos programas, a Consulta do PBA não condicionaria o tempo de reposta sobre a possibilidade de incorporação e essa possibilidade traria algumas questões para o processo de consulta.</p> <p>Naiara disse que levaria a observação do Pedro para ser discutida internamente e Pedro pediu que fosse atualizado.</p>
Encaminhamento 38.9	E A CT-IPCT deverá formalizar sua posição para o CIF em relação à decisão da Fundação Renova de descumprir a Deliberação 355, bem como encaminhar denúncia ao juízo da 12ª VFMG, por se tratar de descumprimento à sentença proferida em 23/10/2019, referente ao PJE nº 1013576-94.2018.4.01.3800.

Às dezoito horas, a coordenadora Lígia Moreira de Almeida agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 38ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF. Informo que a reunião foi gravada e consta em a memória de áudio e está disponível para consulta.

Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 18/08/2021, na 39ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF



LÍGIA MOREIRA DE ALMEIDA
Coordenadora da CT-IPCT